

OS DESAFIOS DA INSERÇÃO DA POPULAÇÃO TRANS NO MERCADO DE TRABALHO EM FACE DO CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO

Lorena Kelly Alves Saraiva¹
Ilza Moreira Barbosa Prado¹
Isabella Moreira do Pinho¹
Natália Pereira Nonato¹
Marilene Gomes Durães²

INTRODUÇÃO: A inserção da população trans no mercado de trabalho é um tema de grande relevância e urgência no contexto contemporâneo, marcado por tendências conservadoras. Estudos indicam que pessoas trans enfrentam taxas de desemprego significativamente mais altas em comparação com a população cisgênera e frequentemente se deparam com ambientes de trabalho hostis. Objetivo: Esta pesquisa possui por objetivos identificar os obstáculos enfrentados pela população trans no mercado de trabalho; analisar o impacto das políticas conservadoras sobre a inclusão da população trans; examinar as respostas jurídicas e sociais que buscam mitigar esses desafios e propor estratégias e políticas afirmativas que promovam a inclusão da população trans no mercado de trabalho. MATERIAL E MÉTODOS: Foi realizada revisão bibliográfica englobando publicações acadêmicas, textos jurídicos, livros e periódicos atuais, com pesquisas de caráter exploratório, descritivo e explicativo. RESULTADOS e DISCUSSÃO: A população trans enfrenta múltiplas barreiras durante a sua inserção ao mercado laboral. Entre os principais desafios identificados estão as altas taxas de desemprego e subemprego; a discriminação e preconceito no ambiente de trabalho; a falta de reconhecimento da identidade de gênero em documentos oficiais e na prática empresarial; bem como a resistência de políticas conservadoras a mudanças necessárias para inclusão. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir a alteração de nome e gênero no registro civil, sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou decisão judicial, foi destacada como um avanço importante na

¹ Discente do Curso de Graduação em Direito da PUC Minas Unidade Betim. Extensionista do Projeto de Extensão "Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas" da PUC Minas Betim.

² Doutora e mestre em Direito Público pela PUC Minas. Graduada em Direito pela UNIMONTES. Professora Adjunto I do curso de graduação em Direito da Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais. Coordenadora do projeto de extensão Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas da PUC Minas.

inserção da população nas atividades laborais. No entanto, a implementação desta decisão enfrenta obstáculos regionais e culturais. As políticas conservadoras, a discriminação sistemática e o preconceito intensificam a exclusão e limitam a progressão profissional da população trans no mercado de trabalho. Existem iniciativas promissoras que visam combater esses desafios: programas de treinamento e capacitação específicos para pessoas trans, aliados a incentivos fiscais para empresas que empregam essa população, mostraram-se eficazes na promoção da inclusão. A atuação de ONGs e coletivos trans também desempenham um papel crucial, oferecendo suporte e promovendo a conscientização, de forma a garantir direitos no local de trabalho. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Conclui-se que a inserção da população trans no mercado de trabalho em face do conservadorismo contemporâneo continua a ser um desafio significativo. Superar esses obstáculos requer um esforço colaborativo entre governos, empresas e sociedade civil. A implementação de políticas afirmativas, aliada à educação e conscientização sobre a diversidade de gênero, é essencial para uma sociedade mais diversa e ambientes de trabalho mais colaborativos para todas as identidades de gênero principalmente quando se analisa o chamamento global feito pela Organização das Nações Unidas para a redução das desigualdades até o ano de 2030 quando estabelece a responsabilidade de todos (agentes públicos e privados) para a necessidade de promover a capacitação e inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, incapacidade, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra (ODS 10). Essa inclusão é meio para o alcance da paz e justiça social (ODS 16).

Palavras-chave: População trans; Mercado de trabalho; Exclusão social; Políticas afirmativas; Objetivos de desenvolvimento dustentável.

Keywords: Trans population; Job market; Social exclusion; Affirmative policies; Sustainable development goals.

REFERÊNCIAS

JESUS, Mariana Karolina Martins Rosa de et al. Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, p. e220369, 2023.

RÁDIO E TV JUSTIÇA. Documentário - Comunidade LGBTQIA+. YouTube, 06 de outubro de 2019. Disponível em: https://youtu.be/7cUvmAjQqeU. Acesso em: 02 jul. 2024.

STELLET, Gabriela; DE LIMA JUNIOR, Oswaldo Pereira. POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS COMO FERRAMENTA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANS NAS UNIVERSIDADES. **Revista Direitos Humanos e Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 77-94, 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Decisões do STJ foram marco inicial de novas regras sobre alteração no registro civil de transgêneros. Brasília: STF, 29 de janeiro de 2023.Disponívelemhttps://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Decisoes

-do-STJ-foram-marco-inicial-de-novas-regras-sobre-alteracao-no-registro-civil-de-transgen er os.aspx>Acesso em: 02 jul. 2024.

TEIXEIRA, Juliana Cristina et al. Inclusão e diversidade na administração: Manifesta para o futuro-presente. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, p. e0000-0016, 2021.

VEIGA, A. M. Professoras trans e os desafios da sala de aula. SciELO em Perspectiva: Humanas, 2015. Disponível

em:https://humanas.blog.scielo.org/blog/2015/07/31/professoras-trans-e-os-desafios-da-sala -de- aula/>Acesso em: 26 jun. 2024.